

HABEAS CORPUS Nº 541.460 - AC (2019/0317745-1)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : PATRICH LEITE DE CARVALHO
ADVOGADO : PATRICH LEITE DE CARVALHO - AC003259
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : MARIA SIRLANGIA NUNES DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARIA SIRLANGIA NUNES DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Acre que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 152):

Habeas Corpus. Integrar organização criminosa. Prisão preventiva. Existência dos pressupostos e requisitos. Condições pessoais favoráveis. Decisão fundamentada. Não imposição de medida cautelar diversa. Constrangimento ilegal. Inexistência.

- Verificando-se comprovada a materialidade do crime, havendo indícios suficientes da sua autoria e presentes ainda os motivos autorizadores da decretação da prisão preventiva, não há que se falar em constrangimento ilegal e ausência de fundamentação na Decisão que decretou a prisão preventiva, impondo-se a denegação da Ordem.

- Não descurando da importância das condições pessoais favoráveis, atributo que deve ser perseguido pelo cidadão, elas não elidem, por si só, a decretação da custódia cautelar, constatando-se a presença dos requisitos desta.

- A imposição de medida cautelar diversa da prisão tem como pressuposto, a ausência dos requisitos exigidos para a decretação da prisão preventiva e a demonstração da não necessidade desta.

- Habeas Corpus denegado.

Consta dos autos denúncia pela prática do crime tipificado no art. 2º, §§ 2º e 4º, I, IV e V, da Lei 12.850/2013.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medidas alternativas, sob o argumento de que não haver fundamento idôneo a embasar a custódia e que não há contemporaneidade, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para revogação da custódia ou a imposição de cautelares diversas.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público manifestou-se pelo não conhecimento ou denegação.

Na origem, a ação penal n. 0014375-09.2017.8.01.0001 está em fase de

instrução, com audiência designada para o dia 9/12/2019, sendo expedição de carta precatória para interrogatório da paciente na comarca em que está presa, conforme informações de fls. 193/197, datadas de 19/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A matéria relativa à contemporaneidade não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 152/160. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

A decisão de prisão assim dispôs (fls. 83/88, 90/91, 119/120 e 123/124):

[...]. Consoante o relato da autoridade policial, o objeto da investigação foi instaurado para apuração da prática de infrações penais relacionadas à organização criminosa "Comando Vermelho - CV", cuja atuação perfaz dentro e fora dos presídios estaduais com a atuação de agentes em liberdade,

Informa que a Delegacia Especializada em Combate ao Crime Organizado - DECCO, por seu titular e este signatário, instaurou inquérito policial para apurar as diversas condutas criminosas e planejamentos de delitos pela citada organização criminosa, quando inclusive representou que quebra de sigilo bancário de contas bancárias utilizadas para reunir ativos criminosos e financiar a aquisição de substância entorpecente e armamento. **Após, durante investigações do departamento de inteligência da Polícia Civil, tomamos ciência da criação de um grupo na rede social WHATSAPP denominado "FORTALECIMENTO" vinculado à facção COMANDO VERMELHO com a finalidade de agrupar os membros da facção, dentro e fora do estado, para execução de crimes relacionados a roubos, tráfico de drogas, tráfico de armas, homicídios e receptação", atuando, inclusive, como verdadeiros mentores dos roubos/furtos a camionetes, cofres e caixas eletrônicos em nosso estado.**

Durante as investigações, verificou-se a disputa por "espaço" e "poder", entre as facções BONDE DOS 13, PCC E COMANDO VERMELHO iniciou dentro das penitenciárias e vem se expandido nos bairros e cidades do nosso estado, onde as organizações demarcam seus territórios, comandando assim o tráfico local e obtendo o rendimento com a venda de entorpecentes e demais crimes que o tráfico de drogas fomenta. Sendo que diante destes fatos foi representado pela interceptação telefônica de terminais identificados no relatório policial preliminar, regularmente utilizados pelos investigados, o que de fato, resultou na confirmação de diversos planejamentos e execução de crimes contra o patrimônio, mas, sobretudo, associação criminosa entre outros delitos flagrados

na medida cautelar, sendo possível qualificar parte dos envolvidos e iniciar o mapeamento da organização criminosa, seu "modos operandi" e aquisição de bens.

Destacou que foi durante os períodos iniciais de interceptação, autorizadas por este juízo, que foi possível identificar as lideranças dentro da estrutura do "CV", destacando-se a atuação dos membros intitulados "Conselheiros", os chefes de bairros/regionais, executores de crimes fora do presídio, mapeando-se a estrutura hierárquica e, em cada etapa da medida cautelar sigilosa, qualificando-se os delinquentes cadastrados nas fileiras da organização criminosa, relatando alguns trechos da análise dos autos, durante os quatro períodos de interceptação que foram autorizadas pelo juízo.

Destacou ainda as diligências de INVESTIGAÇÕES DE CAMPO com apreensões de telefones celulares, extração de dados do aparelho celular que pertencente a alguns ifrvestigados, citados Leandro Alves da Silva, Mauriceudo Silva do Nascimento, Railan Silva dos Santos "R6", Cleydivar Alves de Oliveira "Exu Caveira" e a pessoa destacada como líder geral da organização no Estado do Acre, Paulo Roberto Amorim da Silva "Paulinho do Calafate", "Presidente" ou "Sheik sendo, inclusive, destacado alguns números nas agendas telefônicas, bem como a identificação de várias ligações telefônicas com membros de facções em liberdade e presos, bem como gravação em agenda telefônica de também membros, o qual mencionou: Cleydvar, Cleydvar Júnior e Sanduba "SB" e ainda a existência de vídeos com música exaltando a facção criminosa comando vermelho. Dos contatos telefônicos do proprietário demonstraram que o mesmo se trata de peça importante na organização criminosa e utiliza o vulgo "Zé Pilintra" dentro da organização. Um áudio enviado a "Ramosfly" por uma pessoa ainda não identificada, através do whatsapp uma canção em homenagem ao Comando Vermelho do estado do Acre, no sen teor são mencionados "Zé Pilintra", "Sheyk" e outros ainda não identificados;

Registrou a obtenção de conversas parciais que comprovam o vínculo entre Ramosfly, Júlio Navarrete Quispe, flagranteado por tráfico de drogas pela DRE, na mesma operação policial, e sua esposa Bruna Fernanda Vieira da Silva, através de mensagens pelo Facebook, onde "Ramosfly" diz a Bruna que precisa falar com Júlio com urgência, apresentando o "print" das conversações mencionadas, em destaque informou que ocasião da prisão de Júlio Navarrete Quispe, flagrado com arma de fogo de uso restrito e substância entorpecente, na mesma operação policial, sua esposa Bruna Fernanda Vieira da Silva também foi conduzida, após cumprimento de busca e apreensão na sua residência e em seu estabelecimento comercial "Quiosque da Bruna", quando estava na posse de um veículo Toyota Corola. alvo de busca e apreensão pela Justiça do Estado da Bahia.

Diante da análise de aparelho celular, constatou uma mensagem enviada por Paulo Roberto Amorim da Silva, conhecido por Roberto manda um aviso sobre a realização de um Bingo, que aconteceu no clube ASDERACRE, localizado próximo ao estádio Arena da Floresta, bairro floresta. Sobre este bingo recebemos informes que se tratava de um evento organizado pelo Comando

Vermelho, e a aquisição da carteira custaria R\$ 50,00 reais a unidade, bem como foi localizado nos arquivos da autoridade policial um contato telefônico que era utilizado por "Paulinho Calafate", extraído da agenda do aparelho celular de um indivíduo autuado por tráfico de drogas, em 10/03/2016, B.O 137/2016 - U.P de origem BOPE. Na ocorrência os policiais militares apreenderam o aparelho celular do indivíduo, por conter informações e vínculo com as facções "CV" e "BI 3".

Observou-se o envolvimento do SR. MARICEUDO, com a organização criminosa Comando Vermelho, sendo encontrado também material de campanha eleitoral, onde a senhora ERIKA CRISTINA, sua esposa, informou que era assessora parlamentar do DEP. Federal WHERLES FERNANDES DA ROCHA.

Aduz que foi diante de tais evidências, somadas a informações contidas nas interceptações telefônicas onde a nacional CELI LIMA NERI "CL" ou "IRMA CÉLIA" (atualmente presa) é identificada como membro da facção criminosa e flagrada em diálogos com outros membros, corroboram o vínculo criminoso entre esta e sua comparsa ERIKA CRISTINA, de acordo com o episódio já descrito anteriormente (18/07/2016 - B.O S8S/2016, U.P de origem: 1BPM), quando o casal foi conduzido à delegacia de flagrantes quando participavam de uma reunião de membros da mesma facção. O crescimento das organizações criminosas vem ganhando e concedendo apoio de segmentos políticos, de modo que, manipulado por seus líderes, possam sobremaneira contribuir em caso de apoio partidário e até mesmo com lançamento de candidaturas próprias.

Enfatizou que foi paralelamente ao monitoramento telefônico, após apreensões de aparelhos dentro e fora do sistema prisional, às investigações também foram aprofundadas a partir dos números de telefones, perfis, fotos e apelidos dos membros que compunham vários grupos de whatsapp para a possível a identificação de vários investigados.

Destacou captura e prisão em flagrante do líder do comando vermelho no Estado do Acre, na manhã do dia 10/09/2016, Paulo Roberto Amorim da Silva, conhecido por "Paulinho Calafate", "Sheik" ou "Presidente" dentro da estrutura da organização criminosa, onde exerce o comando nas ruas a partir de um conselho rotativo de membro, oportunidade o qual durante a abordagem, com o intuito de livrar-se do seu telefone celular, o investigado que se encontrava dentro do veículo HONDA CITY, na rua 12 de Outubro, conjunto esperança, utilizou dois artefatos de ferro que já portava dentro do carro e repartiu o telefone ao meio, tendo por objetivo ocultar as informações, diálogos, imagens entre outros dados registrados naquele dispositivo. A diligência resultou ainda na apreensão de mais de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e um veículo HONDA CITY.

Informou que durante o interrogatório extrajudicial de Paulinho Calafate este confirmou conhecer os investigados Mariceudo Silva do Nascimento e sua esposa Erika Cristina de Oliveira Souza, sendo ambos integrantes do comando vermelho desta capital, bem como destacou que durante trechos da interceptação telefônica, Edivaldo Cordeiro de Souza CORVO BRANCO",

investigado nesta operação, cita o nome de Paulinho Calafate e faz referência à sua prisão. Nos diálogos, os interlocutores tratam sobre a nova liderança da rua já que PAULINHO foi preso, sendo que "COMENDADOR" ocuparia tal função, sendo que sua prisão causou grande impacto sobre a Organização Comando Vermelho (CV).

Relata que houve investigações na comarca de Cruzeiro do Sul/AC, acerca da facção criminosa sob análise focaram no nacional Ghidson Moura de Souza, vulgo "Gagá", identificado como um dos integrantes, sendo espécie de porta voz, com a incumbência de batizar e recrutar novos membros para fins criminosos, sendo um dos responsáveis pelos atentados ocorridos naquela localidade. Contudo, houve representação pela prisão temporária do mencionado investigado e ao dar cumprimento ao mandado de prisão, resultou em confronto armado com a morte dele, bem como a apreensão de drogas e objetos pessoais (28/08/2016), inclusive um aparelho telefônico de marca LG de cor preta.

Das investigações e análise completa dos arquivos, informou que os integrantes são muito bem organizados, inclusive há uma contribuição mensal de cada membro da facção, sistema conhecido no meio do crime, como "Caixinha". Ostentam grande poderio de fogo (fuzis, munições de vários calibres, rádios comunicadores, dentre outros aparatos bélicos). Constata-se grande número de envolvidos, desde simpatizantes, recrutamento de menores e participação literal daqueles que resolveram "vestir a camisa" do C.V. (Comando Vermelho), no linguajar dos membros da facção são os "Batizados".

Desta feita, foi possível verificar alguns dos principais líderes dessa organização criminosa que atua na cidade de Cruzeiro do Sul e recebem ordem de conselheiros presos em Rio Branco e outros Estados, qualificando-sc: Agenfilon Castro de Almeida, vulgo "Lulinha", Antônio Silva Lima, vulgo "Tiriba", Francisco Gama Carneiro, vulgo "Kiko/Allcacda", Francisco de Assis de Lima da Silva, vulgo "d! Assis", Francisco Jacir Castro de Almeida, vulgo "Boim/Bota", bem como: Alexandre Queiroz Ramos "Conserva", Antonio Cleisman da Silva Alencar "Clisma" e Ceovane de Araújo Oliveira.

Diante de tais relatos aduz que há dúvidas de que **os ataques realizados na cidade de Rio Branco e outros municípios no interior do estado do Acre, conforme as investigações, são frutos de planejamentos e execução de ações criminosas por parte de membros do comando vermelho dentro e fora do presídio, que promoveram diversos ataques a órgãos públicos e privados, por meio de incêndios criminosos, disparo de armas de fogo, tentativas de homicídio entre outras determinações das lideranças do Comando Vermelho e dissidências.**

Destacou a colheita de dados extraídos do acervo probatório que chegaram à conclusão quanto à autoria e materialidade para individualização das condutas às págs. 26/45.

Juntou Relatórios da interceptação; Dossiês individuais dos representados e demais documentos pertinentes a investigação, como parte integrante do pedido. Os membros do Grupo de Atuação Especial no combate ao crime organizado opinaram favoravelmente aos pedidos de PRISÃO PREVENTIVA e BUSCA E

APREENSÃO (...)

É o breve relatório. Decido.

[...]

Descendo à análise do caso concreto, constata-se que o crescimento de facções criminosas nesta capital pondera que supostos integrantes requeiram demonstrar relação de "poder" em confronto com a segurança pública do nosso Estado, e em razão de tais fatos é que se assola à sensação de insegurança local.

Coexistem o cometimento de crimes com grave ameaça em desfavor da sociedade local e ainda em em afronto com a segurança pública de nosso Estado, haja vista aos ataques, como já mencionado, como resultado de ações que culminaram diversos incêndios em vários órgãos públicos locais e incidência a um micro-ônibus pertencente à Segurança Pública.

Ressalta-se que o conjunto probatório produzido com as investigações, apontam **para a especialização e profissionalização do grupo criminoso, já cooptando diversas pessoas, o que agrava ainda mais a situação de desconfiança que se enfrenta na sociedade.** Como contratar reeducandos para o trabalho lícito se até seus familiares estão ingressando no mundo do crime, mormente esposas, companheiras e namoradas de presidiários, atraídas pela "vida louca". Com isso constata-se também que o número de mulheres presas e condenadas tem aumentado e não somente pelo tráfico de drogas mas, também pelo envolvimento com o crime contra o patrimônio, o que por muitas vezes ingressem também em razão dos seus companheiros.

O conjunto probatório e o resultado das investigações aponta a participação de cada um dos envolvidos como integrantes da Organização Criminosa denominada "Comando Vermelho" - CV" constatado, principalmente, durante as interceptações telefônicas autorizadas por este juízo.

A leitura dos autos demonstra que a autoridade policial cuidou de relacionar os envolvidos, enumerá-los e demonstrar a vinculação em que baseia sua representação e a conduta atribuída a cada um dos representados, o que caracteriza a demonstração dos indícios de autoria referentes aos mesmos. Da página 26 a 45, consoante a seguir transcrito, vê-se tal indicação.

[...]

A descrição da conduta dos representados bem demonstra a plêiade de delitos a eles imputados e, embora não se possa falar em confissão ou prova de autoria, **mas há indícios fortes e relatos que poderão ajudar na elucidação de diversos delitos já praticados, demonstrando que se trata de organização para fins de atividades criminosas.** Configura-se, assim, a possibilidade da decretação da prisão preventiva pela própria participação e composição dos representados na mencionada organização.

O fundamento para a decretação da prisão preventiva objetivar assegurar a garantia da ordem pública, evitando-se, assim, que os representados possam aumentando ainda mais os crimes em cooptação com novas pessoas que possam também integrar a organização criminosa, açulados pela impunidade aproveitando-se da lentidão

processual imposta ao judiciário pelo acúmulo de serviço e anacronismo da legislação em vigor.

E não só por isso, mas também para acautelar o meio social, que atualmente vive clima de verdadeiro terror em razão do aumento vertiginoso do crime de roubo, em todo o país.

Além desse fundamento, enquadra-se aqui também a necessidade de se assegurar a conveniência da instrução criminal, obstando-se a ação do representado tio sentido de suprimir ou alterar as provas contra si.

Por tais razões, é medida que se impõe decretar a prisão preventiva dos representados da medida.

[...]

DECRETO, também a PRISÃO PREVENTIVA e determino a expedição de mandados de busca e apreensão, dos representados abaixo relacionados, com fundamento nos termos do art. 312 [...] e 240 e seguintes, considerando ainda a necessidade de coletar provas junto aos investigados, bem como anuas e substância entorpecente, após verificar os indícios de autoria e materialidade: [...]

Como já adiantado no exame da liminar, integra a decisão de prisão fundamento concreto, consistente na participação da paciente em complexa organização criminosa nacionalmente conhecida como Comando Vermelho, responsável pelo cometimento de diversos crimes, dentre os quais, homicídio, roubo e tráfico de drogas, bem como o ataque a órgãos e incêndios de bens públicos.

Ressaltou-se ainda a necessidade de prisão como forma de fazer cessar ou ao menos diminuir as atividades da referida organização delitiva, asseverando que *os representados possam continuar aumentando ainda mais os crimes em cooptação de novas pessoas que possam também integrar a organização criminosa*, razões, portanto, apta a ensejarem a constrição.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes e presença de diversas frentes de atuação. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. –

unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator